

**12. INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO REGULAMENTAR –  
PROPOSTA DE APROVAÇÃO POR ADITAMENTO, DO REGULAMENTO DE  
FUNCIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES  
DESPORTIVAS MUNICIPAIS:**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, proposta de aprovação do início de procedimento de revisão regulamentar, por aditamento (elaboração do Regulamento de Funcionamento e de Utilização das Instalações Desportivas Municipais).



<p>Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso</p> <p><i>Concordo. A Consideração Superior.</i> <i>Remeta-se ao Sr. Diretor Municipal.</i></p> <p><i>8/5/2020</i></p>	<p>Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão</p> <p><i>- Concordo</i></p> <p><i>8/5/2020</i></p>
<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 13 de novembro de 2019</p> <p><i>11</i></p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p><i>A ...</i></p> <p><i>20/5/08</i></p> <p><i>[Signature]</i></p>

Nº Informação: 21059

Data: 06/05/2020

Assunto: Início de procedimento - Alteração ao CRMB ou Novo Regulamento

#### ANÁLISE

Pela Sra. Vereadora com competência delegada nas áreas desporto, juventude, saúde e bem-estar, associativismo e cidadania e participação, Dr.<sup>a</sup> Sameiro Araújo, foi proposta a elaboração do Regulamento de Funcionamento e de Utilização das Instalações Desportivas Municipais.

Assim sendo:

**PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Interna Externa**

**PT-01-01-03 de 19/06/2018 – revisto em 03/07/2018**

#### Verificação do cumprimentos e passos a seguir

«1. A **UO** elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (**INCLUI**: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».

Da nota justificativa da proposta elaborada consta que *“O Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, que consagra o regime jurídico das instalações desportivas de uso público, e a Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto, que veio introduzir normas de utilização e funcionamento das instalações desportivas, impõe ao Município de Braga, enquanto proprietário, a obrigatoriedade das suas instalações desportivas disporem de regulamento de utilização, contendo as normas de cumprimento a serem observadas pelos utentes, no sentido de assegurar que se faça um uso das instalações adequado aos seus fins.”*

O processo foi então remetido a esta **Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso (DSJC)**.

«5. A **DSJC** cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental. »

Criado o processo nº 2020/100.10.400/5.

«6. A **DSJC** elabora proposta de início de procedimento (MOD-01.01.13 - Aviso de Abertura do Período de Participação Procedimental). »

E, «7. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».

## INFORMAÇÃO/PROPOSTA

Da proposta que foi remetida a esta DSJC está fundamentada a necessidade de criação de um Regulamento de Funcionamento e de Utilização das Instalações Desportivas Municipais.

O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP.

O proposto será objeto de análise por esta DSJC, após aprovação do início do procedimento.

---

## PROPOSTA

O processo estará em condições de:

1. Ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal.

Assim,

Deverá o processo ser remetido ao **Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal (Ordem de Trabalhos)**, para:

Sob proposta da Sra. Vereadora com a área do Desporto, Juventude, Saúde e Bem-estar, Associativismo e Cidadania e Participação – solicitar aprovação do início do presente procedimento de revisão regulamentar, por aditamento, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

À consideração superior,

A jurista, gestora do procedimento.





## *DDJAPC - Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica*

### **PROPOSTA**

A prática regular e orientada de atividades físicas e desportivas é, reconhecidamente, um fator de promoção, de desenvolvimento e de manutenção dos índices de saúde, de educação e de cultura da sociedade contemporânea, contribuindo para o seu equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento harmonioso.

A sua crescente importância vincula e responsabiliza as autarquias na criação de condições que possibilitem e potenciem o acesso às atividades físicas e desportivas.

O Município de Braga tem, ao longo dos anos, valorizado este desígnio mediante a promoção e a dinamização de iniciativas, bem como disponibilizando e regulamentando, nos termos da lei, as suas instalações utilizadas para a prática desportiva.

Os munícipes têm ao seu dispor um vasto conjunto de instalações desportivas municipais, pelo que se torna necessário proceder à uniformização de normas de funcionamento e de conduta, de princípios de gestão e de regimes de utilização das diferentes instalações, convergindo num único documento os diversos regulamentos, deliberações e despachos anteriormente produzidos a este respeito, adequando-os à legislação em vigor.

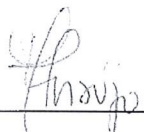
Por outro lado, a publicação de legislação específica sobre a matéria, impõe ao Município de Braga, enquanto proprietário, a obrigatoriedade das suas instalações desportivas disporem de regulamento de utilização, contendo as normas de cumprimento a serem observadas pelos utentes, no sentido de assegurar que se faça um uso das instalações adequado aos seus fins.

Os custos inerentes à execução das medidas previstas neste regulamento são claramente superados pelos benefícios que proporcionam à população, regulamentando a utilização de espaços de uso coletivo e contribuindo para o desenvolvimento pessoal dos utilizadores, sua qualidade de vida, saúde e bem-estar, sendo por isso muito proveitoso para este Município a sua aprovação e concretização.

Perante o exposto, propõe-se a criação do Regulamento de Funcionamento e de Utilização das Instalações Desportivas Municipais, que defina e regule todos os aspetos legais, organizativos e disciplinares relativos aos vários tipos de utilização das instalações desportivas municipais.

Braga, 08 de maio de 2020

A Vice-Presidente,



---

(Dra. Sameiro Araújo)

03/MC/2020